

Governo federal encerra programa de escolas cívico-militares, mas luta continua no Paraná

Modelo baseado em cultura repressiva não tem respaldo na LDB e promove desvalorização do magistério

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou nesta quarta-feira (12) um documento a secretários(as) estaduais de Educação comunicando o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Das mais de 200 escolas militarizadas no Paraná, apenas 12 instituições são vinculadas ao programa federal. O PECIM, criado na gestão anterior, não possui respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para ser aplicado na rede pública. Constatação que, para a APP-Sindicato estende-se ao modelo estadual.

De acordo com o ofício, a decisão pelo progressivo encerramento do Programa ocorre após processo de avaliação liderado pela equipe da Secretaria de Educação Básica do MEC e o Ministério da Defesa.

“A partir desta definição, iniciar-se-á um processo de desmobilização do pessoal das Forças Armadas envolvidos em sua implementação e lotado nas unidades educacionais vinculadas ao Programa”, diz o ofício.

O MEC também orienta que o encerramento do ano letivo seja conduzido dentro da normalidade e que as estratégias específicas de reintegração das escolas à rede regular de ensino sejam planejadas.

Valorizar o(a) professor(a)

Na avaliação da secretária executiva Educacional da APP-Sindicato, Margleyse Adriana dos Santos, o encerramento do programa representa uma grande vitória da categoria e fortalece o enfrentamento que o Sindicato faz também ao programa estadual.

“Sempre fomos contra os militares na escola. Escola é lugar de aprendizagem, de socialização. Não é lugar de militar, de opressão. O militarismo dentro da escola se resume à opressão. Com essa vitória, agora temos uma nova abertura de luta para derrubar todas as escolas cívico-militares do Paraná”, comenta a dirigente.

Para a professora, a decisão do MEC é acertada e demonstra que o atual governo reconhece e valoriza o(a) professor(a) como os(as) profissionais com a qualificação necessária para planejar



Foto: Reprodução / RPC

e executar as ações capazes de promover uma educação pública de qualidade.

Ataques ao magistério

Além das questões pedagógicas, a militarização das escolas também levanta outros debates importantes, como a doutrinação pretendida por governos conservadores e grupos sociais que elegem os(as) educadores(as) como alvo de ataques ideológicos. A desvalorização da categoria é um dos efeitos desse movimento. Nesta semana, por exemplo, o governo Ratinho Jr. anunciou um reajuste de 57% na gratificação para os(as) militares inativos(as) que atuam no programa estadual de colégios cívico-militares.

De R\$ 3,5 mil, o benefício dos militares vai para R\$ 5,5 mil, ficando ainda 25% acima do piso nacional do magistério, de R\$ 4.420 para uma jornada semanal de 40 horas. Para os(as) professores(as) o reajuste foi de 13,25%, sendo que os(as) funcionários de escola, que já recebem os piores salários do funcionalismo estadual, vão ter apenas 5,79% de reposição. O impacto financeiro da benesse aos militares é estimado em cerca de R\$ 34 milhões em 2023. Essa quantia é maior do que o valor necessário para corrigir outra injustiça do governo contra os(as) professores(as) aposentados(as) sem paridade.

Diferente do tratamento dado aos militares, Ratinho não concedeu a esse grupo de docentes o reajuste de 13,25% referente ao piso da categoria, mas só 5,79%.

“Sempre fomos contra os militares na escola. Escola é lugar de aprendizagem, de socialização. Não é lugar de militar, de opressão. O militarismo dentro da escola se resume à opressão. Com essa vitória, agora temos uma nova abertura de luta para derrubar todas as escolas cívico-militares do Paraná”.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS EXTRAORDINÁRIAS

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

A Presidenta do Núcleo Sindical de Guarapuava da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias resolve convocar as/os trabalhadoras/es em educação pública da rede municipal de educação de Boa Ventura de São Roque/PR para participarem da Assembleia extraordinária, a ser realizada no dia 21 de Julho de 2023, às 16h30 (dezesesseis horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 17h (dezesete horas), em segunda convocação, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, Rua 18 De Setembro, 80 Centro, no Município de Boa Ventura de São Roque/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1) Reajuste Salarial da Categoria; 2) PSPN 2023; 3) Paralisação/greve; 4) Outros assuntos.

Jane Fátima de Almeida
Presidenta do NS de Guarapuava

PIÊN

A Presidenta da App Sindicato – Núcleo Curitiba Metropolitana Sul convoca toda a categoria da Educação Municipal de Piên/PR para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária da Educação que acontecerá no dia 25 de Julho de 2023, com a primeira chamada às 17h30 (Dezesete horas e trinta minutos) e em segunda chamada às 17h45 (Dezesete horas e quarenta e cinco minutos) no local presencial de participação sendo este o Salão Paroquial de eventos localizado na Rua Belém, 154 – Praça dos Sagrados Corações, Centro, Piên / Paraná. Para discutir coletivamente os seguintes pontos de pauta: 1) Repasse de informações sobre as reuniões de negociação com a gestão municipal; 2) Debate coletivo e democrático sobre a análise da conjuntura política em relação ao pagamento do reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional; 3) Análise e votação sobre as propostas e sugestão diante ao processo de negociação do pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e 4) Encaminhamentos.

Simone Barbosa
Presidenta do NS de Ctba Metropolitana Sul

CONTENDA

A Presidenta da App Sindicato – Núcleo Curitiba Metropolitana Sul convoca toda a categoria da Educação Municipal de Contenda para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária da Educação que acontecerá no dia 26 de Julho de 2023, com a primeira chamada às 17h30 (Dezesete horas e trinta minutos) e em segunda chamada às 17h45 (Dezesete horas e quarenta e cinco minutos) no local presencial de participação sendo este o Salão Padre Bronislau Bauer, na Rua Projetada, 30, Centro, Contenda/Paraná. Para discutir coletivamente os seguintes pontos de pauta: 1) Repasse de informações sobre as reuniões de negociação com a gestão municipal; 2) Debate coletivo e democrático sobre a análise da conjuntura política em relação ao pagamento do reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional; 3) Análise e votação sobre as propostas e sugestão diante ao processo de negociação do pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e 4) Encaminhamentos.

Simone Barbosa
Presidenta do NS de Ctba Metropolitana Sul

Receba notícias da APP no seu Whatsapp ou Telegram

Faça parte da Rede APP e fique sempre informado(a)! Acesse o QR code ao lado para mais informações:

